



ATA DA 73ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 10ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PLATINA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 1996.

Às vinte horas do dia trinta e um do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e seis, realizou a Câmara Municipal de Platina, sua SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA da DÉCIMA LEGISLATURA, sob a presidência e secretaria dos senhores PAULO CESAR DA COSTA e RUBENS BERNINI, respectivamente. O Presidente determina ao sr. secretário a chamada, verificando constar a presença dos seguintes vereadores:- Aparecido Alves da Silva - Brasiliano Sebastião de Lima - Claudinir Ladeira de Oliveira - Davi de Oliveira - Eleny Ivone de Camargo - Ennio Roberto da Fonseca - Gervázio Nogueira - Manoel Possidônio - Maurílio Silva Fulaneto - Paulo Cesar da Costa e Rubens Bernini. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a presente sessão. Entra em discussão a ATA da sessão anterior, e sem que ninguém fizesse uso da palavra, foi aprovada por unanimidade de votos. O Presidente declara-a aprovada. No *EXPEDIENTE*, foi lido as *Indicações nºs 001/96 e 002/96*, de autoria do vereador Ennio Roberto da Fonseca, e os seguintes Projetos:- Projeto de Resolução nº 03/96 de 31/10/96, de autoria do Poder Legislativo que “institui a Tribuna Livre na Câmara Municipal de Platina, e dá outras providências”. Em discussão para deliberação, o vereador Davi faz uso da palavra, dizendo que sabe que a discussão é somente para deliberação, mas aproveita a oportunidade para dizer que o Projeto é expedido pelo Presidente, mas foi um pedido seu, embora pensasse que fosse menos complicado e lendo o projeto achou bastante complexo. Em votação foi deliberado por unanimidade de votos. O Presidente declara-o aprovado e encaminha às comissões competentes; Projeto de Lei nº 44/96, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre autorização para a Prefeitura Municipal abastecer veículo sob uso do Prefeito Municipal, e dá outras providências”. Em discussão para deliberação ao referido projeto, ninguém fez uso da palavra e foi aprovado por unanimidade de votos. O Presidente declara-o deliberado e encaminha às Comissões competentes; Projeto de Lei nº 45/96, de autoria do Poder Executivo, que “dá nova denominação à rua da Aviação”. Em discussão para deliberação, ninguém fez uso da palavra e foi aprovado por unanimidade de votos. O presidente declara-o aprovado e encaminha às comissões competentes; Projeto de Lei nº 46/96, de autoria da Prefeitura Municipal, que “dispõe sobre autorização para doar terreno urbano”. Em discussão para deliberação ninguém fez uso da palavra e foi aprovado por unanimidade de votos. O Presidente declara-o aprovado e encaminha às comissões competentes; Projeto de Lei nº 47/96, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a colocação de caixas receptoras de correspondência”. Em discussão para deliberação do referido projeto, ninguém fez uso da palavra e foi aprovado por

unanimidade de votos. O presidente declara-o aprovado e encaminham às comissões competentes. Nada mais constando para o Expediente o Presidente deixa a *PALAVRA LIVRE* aos senhores vereadores que quiserem fazer uso da mesma e assinaram o livro. O vereador Aparecido faz reclamações ao sr. Prefeito dizendo que seria mais viável trabalhar em prol das pessoas do município e não trabalhar unicamente para o sr. Milton Pyles. Fala que havia pedido caminhões de terras para aterrar um lote de terreno, onde deverá construir uma casa, mas não foi atendido. Disse também que sempre foi amigo do prefeito enquanto o mesmo era simplesmente mandado, hoje que está no poder não dá mais atenção as pessoas. Reclama também do chefe dos maquinários, sr. Domingos, que ao seu ver é pessoa incompetente e um mau administrador, mas tem certeza que o prefeito que irá assumir a prefeitura irá contratar pessoa capacitada para exercer tal função. O Presidente solicita da vice-presidente que assuma sua cadeira e fazendo uso da palavra, o vereador Paulo comenta sobre o aumento dos impostos, e se manifesta contrário ao projeto. Comenta ainda que vários funcionários da Prefeitura, disseram que esse projeto teria que ser aprovado, pois existem casos que o valor é tão pequeno que não para nem o papel que gasta, e é nesse sentido que o vereador solicita verbalmente ao sr. prefeito que "puxe" o passado desta Câmara em Legislações passadas e poderá certificar-se que existe um requerimento de autoria do vereador Luís Leopoldo, que diz que imposto que não compense ser recolhido por ser muito baixo e as construções menores que sessenta metros quadrados, deveriam ser isentas, e essa é também a sua opinião, pois se o próximo prefeito achar que deve aumentar os impostos, que crie um projeto e envie para a Câmara para que possa ser aprovado. O Presidente depois de ter retornado à sua cadeira, solicita novamente da vice presidente para assumir sua cadeira. Fazendo uso da palavra, o vereador Paulo, fala da estrada que está cheia de buracos, onde o prefeito deveria ir até a Assispav e comprar um caminhão de asfalto e tapar os buracos. Fala ainda das indicações do vereador Ennio, e diz que as ruas do município estão em estado precário, pois infelizmente a SABESP tem a prefeitura em suas mãos, onde ela faz e desfaz, e espera que o prefeito que vai assumir a prefeitura, tenha o pulso firme e saiba dizer não, pois até hoje só souberam dizer sim à SABESP e é por isso que ela domina a cidade, e mesmo a prefeitura sendo a devedora os munícipes não tem culpa, mas mesmo assim são obrigados a conviver com barro e poeira. Paulo diz que quer deixar claro aos moradores desta cidade, que poderão estar pensando que os vereadores cassaram o prefeito que não fazia nada e entrou outro que também não está interessado no município. Deixa bem claro que, a prefeitura realmente se encontra em péssimas condições financeiras, mas mesmo assim se o prefeito quisesse faria alguma coisa, ao seu ver o prefeito está se preocupando com coisas sem importância e deixando de lado aquilo que é importante. Lembra que em uma reunião em seu gabinete perguntara ao prefeito sobre o dinheiro que deveria estar



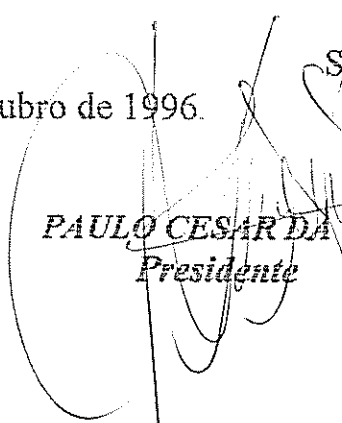
Câmara Municipal de Platina


ESTADO DE SÃO PAULO

sendo repassado a Autarquia de Previdência Municipal, e o mesmo não soube dar explicações. O vereador Aparecido, aproveita a oportunidade e faz um agradecimento ao nosso Assessor Jurídico, dr. João Bernardino, dizendo que durante todo tempo que exerceu a função de vereador e por algumas vezes Presidente da Câmara, sempre foi de seu conhecimento que cada presidente tivesse a oportunidade de escolher o Assessor Jurídico para a Câmara, e que inclusive quando foi presidente também pode escolher o seu advogado. Mas quando o vereador Paulo, eleito Presidente, contratou o dr. João Bernardino o qual surpreendeu todos os vereadores, por ser um profissional honesto, dedicado e atencioso. Lembra ainda que os outros assessores esporadicamente vinham à Câmara, ao contrário de dr. João que durante dois anos não perdera sequer uma sessão, pois quando não podia vir por alguma motivo, mandava outro advogado para substituí-lo, para que nós não ficássemos sem uma assessoria jurídica durante a sessão. E deixa uma lembrete à nova Câmara que se quiserem um bom advogado, contrate dr. João Bernardino. Rubens se manifesta sobre a Autarquia de Previdência Municipal, dizendo que ela está com uma dívida de cento e doze mil reais, prejudicando todos os funcionários que certamente irão perder a Assistência Médica e todo o dinheiro que vem descontando de seus salários, e atribui esta culpa principalmente ao Presidente da Autarquia, sr. Clodoaldo, que embora seja uma pessoa boa, mas que não tem capacidade para exercer tal função, pois ao seu ver um administrador tem que ter pulso firme e saber tomar decisões nas horas certas. Na sua opinião, quando o ex prefeito Mauro, deixou de fazer o repasse, ele como presidente teria que ter acionado os Conselhos e tomado uma decisão, mas deixou "correr frouxo", e quando passado mais ou menos sete meses, viu que sua situação poderia complicar, resolveu se abrir, e em conversa disse a ele que fizesse reunião com os funcionários para expor a situação, procurasse o assessor jurídico da prefeitura e fizesse o Regimento Interno o mais breve possível, mas o Presidente diz que preferia resolver tudo na paz, e que hoje essa paz custa exatamente cento e doze mil reais, que dificilmente será coberto, a não ser que o prefeito consiga alguma verba e repasse para a Autarquia. Ninguém mais fez uso da Palavra. O Presidente determina ao sr. Secretário a leitura do Projeto constante para a **ORDEM DO DIA- Projeto de Lei nº 43/96** de autoria do Poder Executivo que "dispõe sobre majoração de valores venais da Planta Genérica do Município para o ano de 1997". Em discussão ao artigo 1º, o vereador Rubens Bernini, manifesta contrário à sua aprovação, dizendo que não gostaria de deixar "pé" para que outras pessoas façam campanha, dizendo que ele somente aprovou porque não foi reeleito. Comenta também que fez parte de uma comissão, juntamente com o sr. Gervázio, para elaboração da planta genérica do município e mesmo algumas pessoas pagando cinco, dez ou vinte reais e o maior recolhimento no valor de cento e cinquenta reais, foram muito criticados. Então, é nesse sentido que deixa para a próxima legislatura, que se achar viável aprove no ano de 1998, para ser cobrado no exercício financeiro

subsequente. Aparecido, também se manifesta contra o projeto, acredita que a prefeitura deverá arrecadar com esse aumento de vinte por cento, mais ou menos dois mil reais, o que não ajudaria a prefeitura em nada e para o bolso do contribuinte pesa. Fala também que o projeto da planta genérica foi elaborado por uma comissão, composta de alguns vereadores e estuda pelos demais, sendo assim não acha justo desfazer. Gervázio, também se manifesta contrário a aprovação do projeto, pois vinte por cento vai custar caro para o bolso do contribuinte, embora o secretário da prefeitura disse que não vai aumentar muita coisa, na sua opinião deve deixar para ser votado no ano seguinte. O Presidente solicita da vice presidente para assumir sua cadeira e fazendo uso da palavra, tece comentários sobre o artigo 1º do presente projeto, dizendo que várias pessoas tentou mudar sua opinião referente a este projeto, usando argumentos, tais como:- que o aumento de vinte por cento não iria mudar em nada para o contribuinte, e que aumentando o IPTU, a Prefeitura arrecadaria mais do Estado, sendo que hoje a arrecadação é de 125 mil reais mensais. Fala o vereador que o IPTU recolhido é uma parcela muito pequena e a prefeitura deveria estar preocupada com o ICMS, como por exemplo, a Nova América, que pode não estar recolhendo notas, o laticínio, os pecuaristas que transportam boiadas de um lado para outro, estas pessoas, são pessoas de aquisição e que podem pagar, mas o IPTU são pessoas que maioria das vezes não podem pagar. Na sua opinião é contrário o projeto porque aumenta impostos mas não aparece nenhum benefício na cidade, não tem lazer, não gerou emprego e está a cada dia pior, pois antes havia esportes, o centro comunitário funcionava e hoje está parado, os jovens estão abandonando a cidade e então não há motivos para aumentar impostos. Este projeto entrou na Câmara em um momento oportuno, final de mandato e a toda hora ligamos a televisão e vemos prefeituras isentado impostos. Ninguém mais fazendo uso da palavra, foi o artigo 1º rejeitado por unanimidade de votos. O Presidente declara-o rejeitado e conseqüentemente todos os demais artigos. Eu, Rubens Bernini, 1º secretário da mesa, lavei esta Ata, que vai assinada por mim, pelo 2º secretário e pelo Presidente da Câmara.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Platina, 31 de outubro de 1996.


PAULO CESAR DA COSTA
Presidente


RUBENS BERNINI
1º Secretário


ENNIO ROBERTO DA FONSECA
2º Secretário